



MUNICÍPIO DE TONDELA

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 25 DE ABRIL DE 2024**

MEMBROS PRESENTES:

Felisberto Henriques Figueiredo Marques

Rui Alberto Nunes dos Santos

Andreia Sofia Neves de Sousa

Sérgio de Sousa Rodrigues

Miguel Ângelo Gonçalves

Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte

Amândio José Ferreira Loureiro

Márcio Rafael Rodrigues dos Santos

José António Coimbra de Matos

Carlos Manuel Antunes Amaral

Maria da Conceição Ribeiro Gomes

Ana Rita Marques Viegas Rosa

Maria Cristina Marques Ferreira Simões

António de Almeida Dias

Martinho de Loureiro Rodrigues

Sandra Monteiro Lourenço

Marta Daniela Silva Antunes

João Paulo Pacheco Loureiro

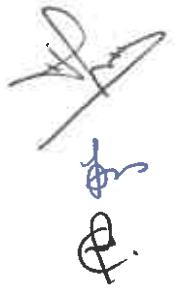
Fernando Santos da Silva

Gonçalo Manuel da Silva Pereira

Ana Maria Marques Tavares de Leão

Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira

Ana Maria Rodrigues Duarte



José António Oliveira Dias

Fernando Pinto Duarte

Júlio Pacheco Gomes

Ondina Ester Norte

Mário Barreira Simões

Vítor Manuel Rodrigues Mota

Paulo Jorge Correia Bizarro

Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos

Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Maria Helena de Campos Coimbra

Alfredo de Jesus Cabral

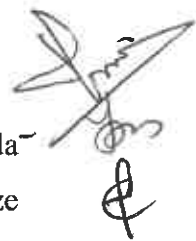
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão

Ricardo Jorge Silva Loureiro

Fernando da Silva Figueiredo

Carlos José Loureiro Coimbra

Paulo Sérgio dos Santos Dinis



Aos vinte e cinco dias do mês de abril, reuniu em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas quinze horas sob a presidência do senhor secretário, José António Oliveira Dias, em regime de substituição.

Foram substituídos, por um dia, os membros Helena Coimbra e Marta Franco pelos senhores Miguel Ângelo e Isabel Almeida.

Foi igualmente entregue, da parte do senhor presidente da União de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo e da Junta de Freguesia de Parada de Gonta, uma delegação de competência de representação na pessoa de Ondina Ester Norte e Fernando Pinto Duarte, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

- Cerimónia evocativa dos 50 anos do 25 de abril

Iniciou a cerimónia o senhor presidente em regime de substituição, com a intervenção, que se transcreve:

“Exm.ª(º) Sr.ª(º):

Presidente da Câmara Municipal

Membros da Mesa da Assembleia Municipal

Deputadas e deputados da Assembleia Municipal

Presidentes de Junta de Freguesia

Vereadoras e Vereadores

Entidades Militares

Representantes das Instituições presentes

Comunicação Social

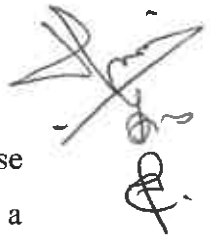
Público presente e a acompanhar online

Minhas Sras. e meus Srs.

Comemora-se hoje os 50 anos do 25 de Abril, **Dia da Liberdade.**

Celebra-se a revolta dos militares portugueses -Movimento das Forças Armadas, que no dia 25 de abril de 1974 levaram a cabo um golpe de Estado militar, sem a interferência de partidos ou movimentos políticos, pondo fim ao regime ditatorial do Estado Novo, com o objetivo de democratizar, descolonizar e desenvolver Portugal.

O programa de democratização determinava a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres.



Passado pouco tempo do golpe teve lugar uma Revolução que, durante quase dois anos, agitou o país, abrindo um amplo leque de possibilidades quanto ao caminho a seguir.

Neste período ocorreram vários acontecimentos, destacando-se 3 tentativas frustradas de golpe de Estado; 6 governos provisórios; 2 Presidentes da República; a intervenção dos militares na política; as nacionalizações e o desencadeamento da reforma agrária; experiências de controlo operário e autogestão; debate sobre projetos políticos mais tradicionais que apontavam para a instauração de uma democracia parlamentar ou então um modelo estatizante, inspirado na experiência soviética; o dia 25 de novembro de 1975 que marca a vitória dos militares moderados na sublevação dos oficiais da extrema-esquerda e reconduz os partidos políticos ao centro da vida política e que levou à renegociação do Pacto MFA/Partidos.

No mesmo período destes acontecimentos realizam-se as eleições para a Assembleia Constituinte no dia 25 de abril de 1975; a 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a Constituição da República Portuguesa; e, as primeiras eleições legislativas realizam-se a 25 de abril de 1976. Ainda em 1976 realizam-se as primeiras presidenciais, as primeiras regionais nos Açores e na Madeira e as primeiras autárquicas.

Com estas eleições consolida-se a democracia de forma duradoura.

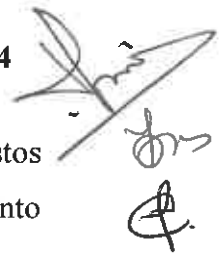
Minhas Sras. e meus Srs.

O 25 de Abril separa nitidamente um antes de um depois. Simboliza o início de um caminho de profundas transformações económicas, sociais e culturais.

É importante que a sociedade e em particular os que nasceram depois do 25 de abril de 1974, seja mais conhecedora da sua história recente e mais participativa, plural e democrática.

Os 50 anos do 25 de Abril devem ser um momento de passagem de testemunho, dos que lutaram contra a ditadura e construíram a Democracia aos que nasceram em Liberdade.

Antes do 25 de abril de 1974 vivíamos num regime ditatorial que se caracterizou pela **repressão política, censura e falta de liberdade de expressão**. **As críticas ao regime eram punidas com prisão, tortura ou exílio.**



A prolongada guerra colonial em África, para além dos grandes custos económicos resultou em perdas humanas significativas. Provocou o descontentamento e o medo junto da população pela perda dos seus filhos, dos maridos e dos seus amigos e familiares.

Na minha juventude, se falávamos, se comentávamos, se tínhamos opiniões diferentes ou propúnhamos outra forma de acabar com esta guerra, nalguns casos, éramos advertidos para ter cuidado com as nossas opiniões. Os nossos pais com receio da repressão ou da mobilização forçada para a tropa, seguida da mobilização para a guerra colonial, aconselhavam-nos a emigrar, mesmo que de forma ilegal. Com o 25 de abril de 1974 estes receios acabaram para as famílias.

As condições de vida da maioria dos portugueses eram precárias, com acesso limitado a serviços básicos como a saúde e a educação. A população rural, em particular, sofria com a falta de infraestruturas e oportunidades de emprego, enquanto a classe trabalhadora enfrentava baixos salários e más condições de trabalho.

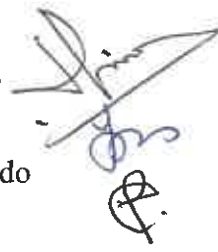
Todas estas situações contribuíram significativamente e alimentaram o desejo de mudança.

Minhas Sras. e meus Srs.

Durante estes 50 anos, vivemos um ciclo de evolução económica e social, muito significativo, nomeadamente, no acesso ao ensino e aos serviços de saúde, na construção de infraestruturas e na melhoria das condições de trabalho.

No entanto, em minha opinião, este ciclo divide-se em dois períodos, um com uma evolução económica e social positiva, numa curva ascendente muito positiva que terá terminado no início deste século e que se acentuou entre os anos de 2008-2011 e que culminou com a intervenção externa da Troika e o período seguinte que temos vivido desde a intervenção externa até ao momento.

Embora, no início do primeiro período tenhamos também vivido momentos de crise, é nos últimos anos que começam novamente a acentuar-se os sinais de crise económica e social, no segundo período verificou-se uma inversão acentuada da evolução económica e social, verificando-se uma diminuição efetiva no acesso aos serviços básicos de saúde, a falta de médicos, no ensino a falta de professores, a diminuição dos apoios sociais, os baixos salários dos quadros médios e superiores, a



emigração de jovens qualificados com habilitações superiores, o aumento do empobrecimento, entre outros.

Como sabemos a nossa sociedade tem vivido vários períodos de crise umas vezes com origem interna e outras de origem externa que provocaram repercussões económicas e sociais no nosso e em outros países. No nosso país, nestes últimos anos, temos vivido algumas, nomeadamente, na última década, às quais se tem acrescentado uma crise de credibilidade política muito significativa, que tem lançado dúvidas de seriedade, de honestidade e de credibilidade sobre a dedicação efetiva de serviço à causa pública, por parte de alguns governantes.

Para além da crise económica e social, estas situações têm também contribuído para o surgimento de populismos de extrema esquerda e de extrema direita, uns com propostas estatizantes da economia e do papel do estado social, outros com propostas irrealistas do passado e não desejáveis, mas que poderão por em causa as conquistas do 25 de abril, que são os valores de Liberdade, Paz, Democracia e Progresso.

Para garantia do futuro da democracia os nossos governantes têm que estar acima de qualquer suspeita. A sua seriedade, a honestidade, a credibilidade e a dedicação efetiva de serviço à causa pública deve ser inquestionável.

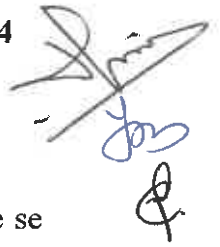
Assim, estas comemorações devem reforçar a democracia e destacar as principais conquistas do 25 de abril, devem ser um momento de passagem de testemunho, dos que lutaram contra a ditadura e construíram a Democracia aos que nasceram em Liberdade. Devem ter um efeito de alerta e motivador de uma consciência coletiva de exercício da cidadania para continuarmos a construir a Democracia, mantendo presente que nenhuma das conquistas de abril pode ser dada por adquirida.

Que nunca mais tenhamos de viver com a falta de liberdade de expressão, com a censura aos meios de comunicação e a perseguição aos opositores políticos. Que a opinião de cada um, o percurso e ou as opções políticas, sejam respeitadas, sem que tenhamos que estar de acordo.

Viva o 25 de abril

Viva a liberdade

Viva a democracia



Viva Portugal.”

Seguidamente interveio o membro Sandra Lourenço, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia

Exma. Senhora presidente da Câmara Municipal de Toondela

Membros da Mesa

Deputados.

Presidentes de Junta, Vereadores

Público aqui presente e os que nos acompanham a partir de casa

Celebrando o 25 de abril de 1974, um marco histórico na nossa história, não podemos deixar de recordar um grupo de oficiais de baixa patente, que inspirados por ideais democráticos, descontentes com a situação do país e em luta pelo prestígio das forças decidiu agir sob a liderança do Movimento das Forças Armadas, planearam e executaram uma operação militar surpreendentemente bem-sucedida, levando-nos para o fim de uma ditadura.

Acabando por atingir o Regime Político em vigor, o Regime Ditatorial do Estado Novo, que era liderado por António de Oliveira Salazar.

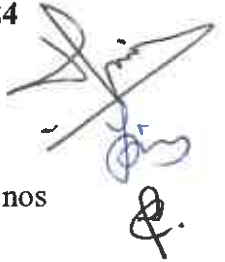
A Revolução dos Cravos foi o levante popular e militar que acabou com o Salazarismo português, grandes mudanças ocorreram no país, sobretudo o restabelecimento das liberdades democráticas, que não existiam desde o golpe militar de 1926.

Veio acabar com a guerra colonial e oferecer a liberdade para protestar na rua pelos direitos negados durante a ditadura.

Grande parte da multidão que se fez ouvir eram mulheres cansadas de serem tratadas como seres inferiores, incapazes, diferentes e ausentes.

O Estado Novo assemelhava as mulheres a seres mitificados.

As diretivas educadoras confinavam-nos a nós mulheres ao lar, onde desempenhávamos a atividade de esposa atenta e mãe sacrificada.



O trabalho fora de casa não era apreciado, perturbava a coesão familiar.

A submissão em relação ao homem, ao qual devia obediência, figurava nos documentos jurídicos.

O conservadorismo católico regulava os costumes e a moral.

Ser mulher era um desafio, e, continua a ser.

Hoje podemos ser e ter liberdade de expressão! Mas, não foi sempre assim.

Decidiam o que podíamos vestir, fazer e o que dizer.

Hoje não é apenas um dia a ser recordado, é também um dia de renovação e compromisso, são 50 anos, meio século, as bodas de ouro do 25 de abril.

Olhemos o futuro com esperança e determinação, honremos o legado que nos foi deixado por aqueles que lutaram antes de nós, trabalhando incansavelmente pela democracia, pela igualdade e pela proteção dos direitos fundamentais de todos nós, honremos os que deram a vida por nós, pela nossa liberdade e a solidariedade do povo, que, com os seus cravos vermelhos e a sua resistência demonstraram o poder da unidade e da esperança.

O caminho faz-se caminhando e ainda há muito caminho para andar, a desigualdade existe tanto social como económica, a censura existe, a injustiça existe e a corrupção também.

Temos que acreditar que é possível construir um futuro mais promissor, vamos trabalhar para construir um Portugal melhor, vamos inspirar as gerações futuras a manter viva a chama da democracia e da solidariedade.

O 25 de abril não é apenas uma data assinalada no calendário, é o símbolo da resiliência, determinação e da capacidade de superar as adversidades.

Que esta celebração nos inspire a continuar na direção de um futuro promissor para todos.

É preciso lembrar também que após a euforia inicial da revolução dos cravos, Portugal embarcou numa fase complicada de transição política e social e foi no 25 de

novembro de 1975 que o país experienciou outro momento crucial na nossa história que marcou o fim da Revolução dos Cravos e consolidou o caminho para a Democracia.

Que os cravos continuem a florescer, lembrando-nos sempre da fragilidade e da preciosidade da liberdade.

Viva o 25 de abril, viva a liberdade, viva a revolução, viva a democracia e Viva Portugal!!!”

Continuou, o membro Rui Santos com a intervenção que se transcreve:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sra. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Deputados da Assembleia Municipal

Srs. Representantes de Entidades Cívicas e Militares presentes

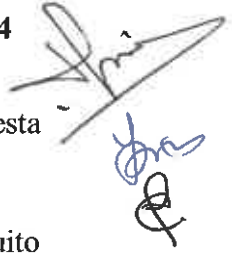
Srs. Representantes dos Órgãos da Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Sem memória não se entende o presente e dificilmente se desenha um futuro. Futuro que todos aspiramos, ou deveríamos aspirar, seja melhor para todos os portugueses e residentes do nosso País. Como por razões de idade já sou mais memória que futuro, o meu grupo “impôs-me” que fosse eu a intervir nesta Sessão Solene e aqui estou.

Começo por me congratular por, finalmente, a nossa Assembleia Municipal ter decidido realizar uma sessão solene comemorativa do 25 de Abril. Durante anos e mandatos sucessivos os Grupos Municipais do Partido Socialista sempre foram propondo que esta sessão fosse realizada pois, para além do valor incomensurável da devolução da Liberdade e Democracia ao povo português, o 25 de Abril foi o momento que veio tornar possível a instituição das Autarquias e do Poder Autárquico Democrático, dotado de recursos próprios não dependentes do pedido de chapéu na mão junto dos Governos.

O Portugal de hoje ainda não chegou ao que sonhávamos a 25 de Abril de 1974, mas deu passos de gigante no caminho dos três DDD do programa do MFA, Descolonizar, Democratizar e Desenvolver. Programa mobilizador e congregador de vontades da generalidade dos portugueses em pôr fim à Guerra Colonial e à privação da Liberdade a que se sentiam sujeitos. Por isso, em homenagem ao Espírito do 25 de Abril



e dos militares seus obreiros, colocarei de parte as habituais retóricas partidárias, nesta data para mim desadequadas, para contrastar o antes e o depois.

Neste contexto, permitam que parte significativa desta intervenção resulte muito da minha experiência de vida de factos e situações. Experiência de vida que é uma enorme fonte de conhecimentos das pessoas e das coisas, e não se adquire só pelos livros ou mais modernamente fazendo download da Internet.

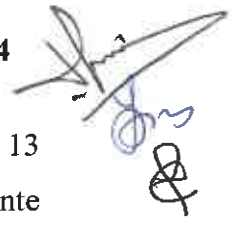
Sou aqui dos poucos que viveu quase trinta anos antes do 25 de Abril de 1974 e cinquenta anos após o libertador Movimento dos Capitães, a que remotamente estive ligado, pois à data era capitão miliciano, comandando uma companhia operacional em Gabu/Nova Lamego, na Guiné Bissau. Sou um ex-combatente, que por imposição do regime de então prestou 36 meses de serviço militar obrigatório, 18 dos quais em teatro de guerra, interrompendo a minha actividade profissional de cinco anos como professor à data da incorporação. Vi morrer homens ao meu lado e até sou ferido de guerra, ainda que ligeiro. Transporte ainda alguns pequenos fragmentos de bala na minha mão direita.

Nasci em casa dos meus avós porque nessa altura, ao contrário de hoje, não havia maternidades nem assistência materno-infantil. Claro que não houve médico nem enfermeiros a assistir o parto, mas sim uma das pessoas da aldeia com mais habilidade para fazer de parteira. Mas sobrevivi.

Nos meus tempos de escola primária, em Mosteiro de Fráguas que até nem era das freguesias mais pobres do Concelho, quase metade dos meus colegas ia para a escola descalço, no verão e no inverno, com calor, frio, chuva ou neve.

Fiz exame da quarta classe em 1955, como era regra, na Escola Primária de Tondela. As várias deslocações para as provas escritas e orais foram feitas a pé, 15 km ida e volta num dia, pois transportes não havia e mesmo não sendo de uma família das mais pobres, dinheiro para o “luxo” do transporte de “carro de praça” não existia.

Dos que acabámos a 4ª classe apenas dois ou três fizemos exame de admissão aos Liceus e Escolas Técnicas e tivemos aprovação. Hoje, com o que se fez depois do 25 de Abril, todos estão na escola ou em formação profissional até aos 18 anos, não vão descalços, têm transportes escolares, refeições e também manuais escolares e equipamentos informáticos gratuitos. Criaram-se condições para aumentar a igualdade de oportunidades de sucesso dos alunos, de difícil concretização em todas as sociedades ocidentais.



Aprendi por experiência directa o que era a perseguição política. Vi, com 13 anos, o meu pai ser preso pela PIDE, acusado de ser “chefe de uma greve e comandante de uma revolução”, e a invasão sem qualquer mandato judicial da nossa residência, com confisco de documentos das eleições e livros. Perseguição resultante da participação na campanha de Humberto Delgado e da eleição como Presidente da Direcção do Sindicato dos Ferroviários do Centro de Portugal, numa lista de oposição, obviamente nunca homologada pelo Ministério da Corporações, como à época era obrigatório.

Sim porque isso de sindicalismo livre só chegou com o 25 de Abril e a posterior vitória sobre os defensores, ligados ao PCP e extrema-esquerda, da introdução da “unicidade sindical” na Constituição. Uma disputa que levou à criação movimento Carta Aberta, de que fui um dos subscritores como dirigente no pré-Sindicato dos Professores da Zona Centro.

Frequentei o então Liceu Nacional de Viseu de 1955 a 1962. Sendo de origem rural, não tendo ligações às famílias consideradas da cidade, sempre fui avaliado durante a frequência com médias no mínimo dois valores inferiores aos meus colegas citadinos das famílias socialmente reconhecidas. Mas nos exames nacionais, que então se faziam no 2º, 5º e 7º anos, sempre tive médias pelos menos dois valores acima das deles. Para os que hoje tanto criticam a Escola Pública aberta a todos, este era o conceito de igualdade de oportunidades à época, que alguns saudosistas teimam ainda hoje em defender como desejável.

Com enormes sacrifícios dos meus pais fui dos menos de 5 % dos jovens da faixa entre os 17 e os 26 anos a entrar na Universidade. Agora, 50 anos depois do 25 de Abril, mais de 55% dos jovens dessa faixa etária entram no Ensino Superior, número acima da média dos países da União Europeia. Uma enorme democratização social e do acesso ao Ensino Superior, que em Portugal continua a ser ainda o principal “elevador social” da população.

Vivi a experiência da campanha eleitoral da Oposição Democrática para a Assembleia Nacional em 1969, com a Polícia e Guarda Republicana a ir interromper e a obrigar a dispersar algumas reuniões de opositoristas em casas particulares ou locais mais públicos, recorrendo à muito parodiada frase “são proibidos ajuntamentos de mais de uma pessoa”.

Vi chegar as pessoas às assembleias de voto com os boletins dentro dos envelopes da União Nacional/Ação Nacional Popular e assim os entregar aos



presidentes da mesa, pessoas de confiança do regime. Uma “original forma de voto secreto” e de controlo político do voto pelos srs. da “situação”.

Nesses tempos eram as candidaturas que tratavam da impressão dos seus boletins de voto e os distribuía, mesmo que não tivessem acesso aos cadernos eleitorais, de que não constavam a mulheres, a menos que fossem consideradas chefes de família. A extensão do voto às mulheres só aconteceu com o 25 de Abril.

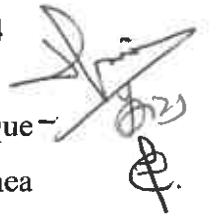
Lembro-me de casos em que apareciam algumas autoridades do regime, em secções de voto onde os resultados não agradavam “à situação”, a anular os boletins de voto da oposição porque tinham um ou dois milímetros a menos nas dimensões, ou porque o papel não cumpria as especificações, decisões absolutamente discricionárias.

O que anteriormente referi é apenas uma amostra para que os mais novos compreendam melhor as nossas razões para a defesa intransigente do 25 de Abril. Era o Portugal, do “orgulhosamente sós”, tido em baixa conta no contexto internacional, com a ditadura mais antiga da Europa e em oposição aos seus próprios aliados da NATO, recriminado na ONU pelas posições em relação às Colónias e o seu regime ditatorial.

Mas para melhor explicar sirvo-me de Manuel Alegre:

**Foram dias, foram anos,
a esperar por um só dia.
Alegrias, desenganos,
foi o tempo que doía
com seus riscos e seus danos.
Foi a noite e foi o dia,
na esperança de um só dia.
Foram batalhas perdidas,
foram derrotas, vitórias.
Foi a vida (foram vidas),
foi a História (foram histórias),
mil encontros, despedidas.**

Finalmente a 24 de Abril de 1974, perto das 23h, as rádios Emissores Associados de Lisboa/Rádio Clube Português transmite a canção de Paulo de Carvalho” E Depois do Adeus” e à meia noite e um quarto de 25 a Rádio Renascença transmite a “Grândola Vila Morena”. O País acordou nesse dia com uma revolução nas ruas, revolução conduzida pelo Movimento das Forças Armadas, composto por jovens oficiais, que



liderou o caminho para a liberdade, derrubando o regime autoritário do Estado Novo que havia sufocado a nação durante décadas e gerando uma enorme mobilização espontânea de apoio da população.

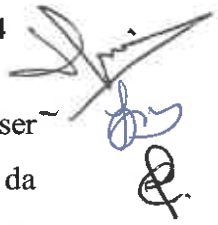
A Revolução dos Cravos, como ficou conhecida, ainda hoje considerada um exemplo a nível mundial, foi um momento de coragem e esperança. Os soldados, armados com cravos nos canos das espingardas, numa imagem que correu o Mundo, simbolizavam uma luta que não buscava derramamento de sangue, mas sim a conquista de direitos e liberdades fundamentais. Uma revolução em que as únicas vítimas foram civis desarmados que se foram manifestar à porta da PIDE/DGS e foram abatidos a tiro pelos PIDES lá barricados.

Passados os sobressaltos naturais dos primeiros tempos pós-revolução, Portugal entrou numa nova era. Construiu uma Democracia Política a muitos títulos exemplar para muitos países do mundo, onde a convivência democrática e as alternativas políticas se foram expressando em termos governativos. Deram-se passos de que hoje muitos mais jovens, ou mais esquecidos, parecem não reconhecer a importância.

Não chegámos tão longe como desejávamos no 25 de Abril, temos ainda dificuldades para superar, como aliás acontece nas restantes sociedades europeias e mundiais. Mas pode responder-se com dados de irrefutáveis progressos aos catastrofistas em relação ao 25 de Abril.

Recuperámos o respeito da Comunidade Internacional. Conseguimos eleger Freitas do Amaral Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, temos António Guterres eleito como Secretário-Geral em dois mandatos, tivemos-lo como Alto-Comissário para os Refugiados; tivemos Jorge Sampaio como Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e na Europa, para além dos cargos normalmente decorrentes da organização da União Europeia, tivemos Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia.

As organizações mundiais e europeias reconhecem-nos como um dos cinco países mais seguros do Mundo; o Eurostat nos seus números considera-nos com tendo uma taxa de pobreza abaixo da média da União Europeia e um dos três países que mais cresceram economicamente na União no período imediatamente antes da pandemia e a partir do fim da mesma. O reputado Prémio Nobel da Economia Paul Krugman, considera Portugal um “milagre económico” e um caso de estudo para a maioria dos países da UE.



Temos um SNS a atravessar dificuldades evidentes, mas que permitiu ao País ser um dos melhores no Mundo no combate à Covid-19, que o relatório Internacional da STATIST 2023, com dados da Organização Mundial de Saúde, coloca ex aequo com Inglaterra e Alemanha no quinto lugar da melhor cobertura mundial de cuidados de saúde, à frente da Noruega.

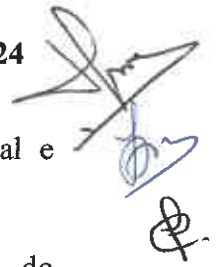
Construímos nestes 50 anos um Sistema de Segurança Social universal, sendo de lembrar que até 1978 os rurais e outras pessoas que não tinham carreiras contributivas não tinham qualquer pensão de velhice ou invalidez. Sendo certo que não paga pensões tão elevadas como gostaríamos, é considerado no último estudo internacional conhecido, como o 18º melhor nos países da OCDE.

Temos um dos melhores Sistemas Educativos e Formativos do contexto internacional, que forma quadros superiores e intermédios altamente reconhecidos e requisitados nos países estrangeiros, neste mundo globalizado. Uma parte procura no imediato melhores remunerações do que aquelas que lhes são oferecidas em Portugal. Mas ao contrário do que se diz por aí, se se consultarem os dados do Observatório das Migrações conclui-se que essa saída tem vindo a decrescer.

Mas temos problemas que é imperioso resolver e as novas mutações sociais e tecnológicas vão continuar a trazer-nos sempre novos desafios bem complicados. São desafios para que não há soluções milagrosas e que só podem ser vencidos de com a colaboração e negociação por todos das soluções mais consensuais possível.

O Sistema Judicial funciona devagar demais e em muitos casos de forma duvidosa e discutível como casos recentes têm tornado evidente. A indispensável independência da Justiça não pode servir para cobrir casos de evidente falta de responsabilidade profissional e cívica e o preconceito contra pessoas ou grupos sociais, políticos ou étnicos.

A percepção sobre a corrupção é elevada e teremos mesmo um número de casos de corrupção nas várias áreas da sociedade que não nos honra e desmerece o 25 de Abril. É certo que o tipo de comunicação social que temos em Portugal, ávida do escândalo e dos julgamentos na praça pública, contribui para a subida do índice que mede a percepção, que não é um dado estatístico científico. Muitos dos que sobre ele falam ignora, ou quer fazer ignorar, que está abaixo dos de outros países europeus, a começar logo pelos nossos vizinhos espanhóis. Mas também é certo que muitos dos que mais falam em corrupção são aqueles que defendem ou são herdeiros das ideias dos anos



sessenta do salazarismo, que instituiu, com a lei do Condicionamento Industrial e legislação conexas a “legalização da corrupção política” em Portugal.

Há que dar mais respostas à Juventude, nomeadamente em termos de perspectivas futuras de melhores salários e de condições para constituir família, até como forma de combater o decréscimo populacional. E aqui a questão da habitação acessível é um problema a exigir rápidas soluções a nível nacional e local, sobrepondo interesses colectivos a interesses individuais, mesmo que potencialmente legítimos.

Temos de nos preparar para criar condições dignas de acolhimento e fixação para imigrantes e suas famílias, pois são eles que já estão e vão continuar cada vez mais a assegurar as nossas necessidades de mão de obra para empresas industriais e de serviços e a garantir a nossa sustentabilidade como sociedade.

Temos ainda de responder aos desafios do combate às alterações climáticas e requalificação e sustentabilidade ambiental, para bem do futuro de todos nós e do mundo. E para isso muitos hábitos terão de mudar.

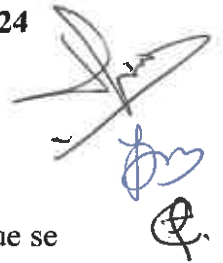
Mas é necessário, em nome da honestidade e transparência, manifestar sem tibiezas que não é com soluções de populismos demagógicos que os problemas dos jovens e os outros referidos se resolvem e que não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. Se a insatisfação e luta para conseguir melhorar são componentes essenciais para progredir, é preciso ter consciência que nas nossas sociedades em rapidíssima mutação e evolução tecnológica os problemas não se resolvem à velocidade com que se faz download da internet ou se comunica nas redes sociais.

Hoje olhamos para trás, não apenas para recordar os sacrifícios feitos, mas também para nos inspirar a continuar a lutar pela justiça e igualdade. O 25 de Abril ensinou-nos que, juntos, somos mais fortes e que cada um de nós tem o poder de contribuir para moldar o futuro.

Percorremos um longo caminho desde 25 de Abril de 1974. Portugal é hoje um País incomparavelmente melhor, mais desenvolvido, menos desigual e mais solidário.

Que as gerações vindouras possam olhar para este dia não só como um marco histórico, mas como um símbolo vivo da determinação de um povo em ser dono do seu destino. Que o espírito do 25 de Abril continue a iluminar o caminho para um Portugal mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Honremos os valorosos Militares de Abril que nos devolveram a Liberdade com o 25 de Abril que muito aumentou a honra que sinto em ser português.



Vinte e Cinco de Abril SEMPRE.

Viva Tondela. Viva Portugal.”

O membro Felisberto Figueiredo interveio de seguida, com a intervenção que se transcreve:

“50 anos de Democracia e Liberdade: Venham mais cinquenta!

Comemorarmos hoje o 25 de Abril de 1974 e a conquista da Liberdade, que esse dia nos trouxe, pela mão de jovens Capitães. Nem só a Juventude é tempo de sonhos, mas os sonhos da Juventude são os que mais intensidade dão à vida, porque se acredita em valores e capacidades para os cultivar.

Nem sempre tais valores estão baseados numa escolha pessoal plenamente livre de influências estranhas, mas o amadurecimento que a vida experimentada acumula e o convívio com os mais velhos fazem a afinação do rumo a seguir, como nos lembra a presença dos Generais e outras patentes militares que enquadraram a Revolução e impediram o seu desvirtuamento por parte de alguns que só queriam mudar a cor da ditadura.

A Democracia e a Liberdade só subsistem na base da confiança cívica, que extermina preconceitos sempre perigosos, mas que germinam facilmente no terreno da ignorância da realidade-outra. O convívio cívico tranquilo e respeitador é o terreno onde a liberdade e a democracia podem crescer e florescer.

Os Partidos democráticos têm a missão de proporcionar o debate sereno de todas as propostas de construção da sociedade, sem querer impor qualquer linha que não seja a da escolha livre e democrática, em que todos participam, respeitando as regras democraticamente definidas e vertidas em Lei Fundamental, a Constituição da República, que deve espelhar, ao longo do tempo, a evolução da Democracia, que está sempre em construção, pelo aperfeiçoamento.

É tempo de fazer um balanço e projetar com confiança os próximos anos da Democracia. Cinquenta anos volvidos, e apesar de tantos avanços positivos, há ainda hoje fenómenos de ausência de liberdade que exigem uma atenta resposta colectiva.

Não há verdadeira Liberdade, nem Democracia numa sociedade em que as desigualdades ferem gravemente o nosso tecido social, deixando pessoas para trás e não permitindo o desenvolvimento pleno de cada pessoa e de todos, pelo uso pleno das suas capacidades. A percentagem de pessoas pobres na sociedade portuguesa é um escândalo



que nos deve envergonhar a todos. É uma verdadeira atrocidade humana, que não poupa crianças e menos capacitados.

A falta de esperança de futuro que os nossos jovens revelam, perante a emigração como única saída, deveria inquietar-nos profundamente e obrigar a uma reflexão serena que possa levar a uma mudança de rumo, pois quem não pode escolher o seu futuro não é verdadeiramente livre.

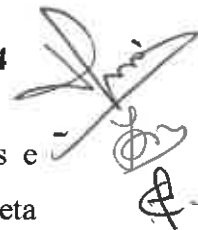
Como criar esperança de uma vida digna, que possibilite a constituição da família sonhada, num Portugal que ofereça a todos, homens e mulheres, oportunidades de realização pessoal, profissional, e social, sem necessidade de emigrar, a menos que seja por um profundo desejo de conhecer e experimentar outras realidades?

Passados cinquenta anos sobre o 25 de Abril de 1974, a liberdade de pensamento e de expressão ainda é tremendamente condicionada. Das redes sociais ao espaço público, as trincheiras ideológicas em que nos acantonamos contribuem para o fechamento ao outro, para o aumento de discursos racistas, xenófobos ou de intolerância, e para o aumento de vozes pedindo políticas de muros e, às vezes, até de murros. É disso exemplo a preconceituosa “gritaria” do enxame de comentadores a propósito do livro **Identidade e Família**, colectânea de mais de uma vintena de reflexões de outros tantos autores, todos apodados de retrógrados, saudosistas e reaccionários, assumindo descaradamente, muitos dos acusadores, que “não tinham lido o livro, nem faziam conta de o ler”. Depois, lá se torciam um pouco, quando lhe contrapunham que, entre os autores, estavam a Dra. Manuela Eanes, o Dr. Guilherme Oliveira Martins, o Professor José Carlos Seabra Pereira, D. Manuel Clemente...

Há caminhos que valerá a pena trilhar e passos que valerá a pena dar ou ensaiar, para garantirmos a Liberdade como bem a preservar, para acarinhar uma verdadeira Democracia: assumir com redobrado empenho a erradicação da pobreza e da luta contra as desigualdades e a exclusão social. É uma missão coletiva inadiável e de prioridade máxima, para conseguirmos uma cultura de igualdade e respeito pela individualidade do outro.

A prioridade de qualquer partido, na sua intervenção política, terá que ser a resolução dos principais problemas dos portugueses para garantir a todos - sem excluir ninguém - um acesso equitativo aos direitos sociais como a saúde, a educação e a habitação;

Só o conseguiremos com políticas de longo prazo, sustentáveis, criando melhores condições de trabalho, de remuneração e de vida, tanto para cidadãos



nacionais, como para aqueles que acolhermos, na medida das nossas capacidades e obrigações de solidariedade humana, com consideração pela Casa Comum, este Planeta que temos e é único.

Revela-se urgente e necessária uma cultura de escuta e de diálogo, de forma a preservar e valorizar uma sociedade plural assente no respeito e na fraternidade, que é capaz de discutir os desafios do país com razão, mas também com o coração e com abertura a compromissos, visando o Bem Comum maior, que deve estar acima dos interesses de grupos ou de ideologias.

Acima de tudo, deve estar a ética baseada na dignidade da pessoa humana, seja qual for a sua condição individual.

Portugal viveu enormes transformações positivas nos últimos 50 anos. Para além da conquista da Liberdade e da Democracia, vivemos uma transformação económica e de desenvolvimento assinalável. O Poder Local foi certamente das maiores conquistas, senão a maior. Foi e é no Poder Local que os Portugueses têm acesso próximo a quem pode escutá-los e ajudar a resolver os seus problemas. Foi o Poder Local que fez e faz do nosso Concelho uma realidade totalmente diferente, para melhor, daquela que era há cinquenta anos.

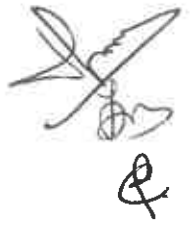
Para isso os Autarcas e as Autarquias, na pluralidade da sua constituição político-partidária, têm que ser realidades de portas abertas, com paredes de vidro, que cultivam a proximidade e a escuta permanente, gerando confiança, numa atitude que deverá ser mais de serviço e menos de Poder.

Que esta Festa do Cinquentenário do 25 de Abril nos reanime e comprometa na construção diária da Liberdade que assenta na Fraternidade, na Justiça e na Paz, geradas na confiança de que os diferentes caminhos que trilhamos convergirão todos para a Praça do Bem Comum, lugar de verdadeira felicidade pessoal e colectiva.

Assim honraremos o legado que foi construído e nos foi deixado pelos Militares de Abril e pelos Líderes Políticos que conduziram os Partidos Democráticos numa luta desafiante e muito dura, impedindo as tentativas reiteradas de subverter a Revolução, colocando-a ao serviço de ideologias colonizadoras, verdadeiras Internacionais em autêntica Guerra-Fria de potências estrangeiras apostadas em geoestratégias de domínio político e económico, que não interessavam a Portugal.

Viva a Democracia! Viva a Liberdade! Viva Portugal!”

Seguidamente, foi visualizado um vídeo com cinquenta testemunhos sobre o significado do 25 de Abril.



A senhora presidente de câmara interveio, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Srs Membros da Assembleia Municipal

Exmos Srs Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos Srs Vereadores

Representantes das várias associações, desportivas e recreativas

Autoridades Cíveis Religiosas e Militares aqui presentes

A Casa do Povo de Tondela

Comunicação Social

Minhas senhoras e meus senhores

25 de Abril de 1974,

Dia da Revolução dos Cravos, uma revolução pacífica que determinou o fim de um regime autoritário ditatorial, que transportou nas mãos a liberdade!

Hoje celebramos Abril e os seus ideais, este ano assinalado de forma especial!

Há 50 anos, no dia no dia 24 de abril de 1974, um grupo de militares comandados por Otelo Saraiva de Carvalho instala secretamente um posto de comando do movimento golpista no quartel da Pontinha, em Lisboa.

Às 22h55 é transmitida a canção *do E depois do Adeus* de Paulo de Carvalho, um dos sinais pré-estabelecidos, para desencadear o Golpe de Estado.

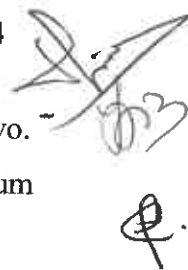
Ao longo da madrugada, outros se seguiram e o dia amanhece em liberdade, pelas mãos daqueles que fizeram a Revolução dos Cravos!

Graças a um golpe militar concertado por um grupo de militares dos vários pilares das forças armadas, termina assim o regime de ditadura do Estado Novo, que durante várias décadas impediu o desenvolvimento social, cultural e económico de Portugal.

Por isso minhas senhoras e meus senhores, as minhas primeiras palavras dirijo-as aqueles, que tiveram a iniciativa, a audácia, e que num ato de coragem em prol de um bem maior levarem a cabo do golpe de estado.

Mas também aos que de seguida se associaram irmã. Representados pelos Tondelenses, José Sampaio e Joaquim Santos. José Sampaio, um dos 240 magníficos, que integrou a coluna revoltosa da Escola Prática de Santarém, comandada pelo capitão Salgueiro Maia.

E Joaquim Santos, que inicialmente integrava as forças fiéis ao regime, e que rapidamente se juntou à coluna revoltosa.



Este gesto de união repetiu-se vezes e vezes sem conta, espalhando-se pelo povo.

Para eles uma palavra de louvor, mas acima de tudo de agradecimento, um agradecimento institucional, mas também pessoal.

Gratidão pelo contributo incomensurável que deram para a construção da democracia, porque pela mão deles, foi dada voz ao povo.

Um agradecimento pessoal, porque sem eles, eu mulher, filha, mãe porque sem eles eu, como tantas outras, continuaríamos amordaçadas, sem voz e sem futuro!

Senhor presidente da Assembleia, minhas Senhoras e meus senhores

Celebramos 50 anos daquele que é o maior período democrático vivido em Portugal,

Que permitiu instituir as primeiras eleições presidenciais, legislativas, regionais e autárquicas em que o Povo é soberano!

Celebramos a possibilidade de fazermos escolhas, de nos afirmarmos não só como indivíduos, mas como nação, de manifestarmos as nossas opiniões de forma livre e responsável.

Exaltamos aqueles que contribuíram para a nossa vida em democracia, deixando uma mensagem de esperança e compromisso para os mais jovens!

Que contribuíram para o fim da ditadura, da censura e da pobreza!

Exaltamos aqueles que nos primeiros anos defenderam a democracia, garantindo que os ideais de Abril não seriam uma quimera, permitindo que hoje por todo o país se exaltasse a liberdade!

Ao longo destes 50 anos Portugal cresceu desenvolveu-se, democratizou-se no acesso a cuidados e bens essenciais, como a saúde e educação.

Em 1970, **um em cada quatro portugueses era analfabeto,**

68% das casas não tinham duche ou banho,

53% não tinham água canalizada,

42% não tinham instalações sanitárias,

números que se inverteram profundamente.

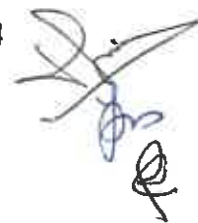
A entrada da mulher no mercado de trabalho marca uma das maiores transformações da sociedade

Em 1970, apenas 25% das mulheres com 15 ou mais anos trabalhavam.

Hoje em dia esse valor subiu profundamente.

A população aumentou,

Hoje temos mais poder de compra



Educação e saúde gratuita

Habitação para os mais necessitados

Foram 50 anos de sucessos. Mas nesta nova madrugada, importa refletirmos e afirmarmos abril! Refletirmos sobre o caminho a seguir, que revoluções iremos abraçar, as ambientais, digitais, económicas ou sociais, e encontrar respostas!

Nós eleitos pelo povo, temos a obrigação contribuir para a criação dessas respostas!

Respostas para todos, na equidade das necessidades, na responsabilidade do exercício da nossa função, que é servir, garantindo e defendendo os valores da democracia!

Sem demagogias baratas, extremismos bacocos e bafientos!

Esse tem sido o nosso desígnio ao longo do nosso mandato.

Um mercado pela transferência de competências na área da Saúde e da Educação e Ação Social, numa política de proximidade, em que quisemos valorizar o trabalho das autarquias locais com a transferência de competências para as Juntas de freguesia, enaltecendo o papel do poder local.

Em que a área social foi sempre uma prioridade, concretizada na assinatura de protocolos de apoio financeiro com as IPSS do nosso concelho, para a criação de respostas na área das estruturas residenciais para idosos.

Mas também no apoio à primeira infância, não esquecendo o parque habitacional e a criação de novas respostas na área do primeiro direito e habitação a custos acessíveis, mas também nas acessibilidades, concretizando anseios e respondendo às necessidades dos nossos concidadãos.

Acreditamos que o nosso papel como membros de uma autarquia local, para além da criação de políticas de proximidade, deve compreender que nesta nova aurora de abril o exercício do seu papel como entidade reguladora local da gestão de respostas, sendo esse papel fundamental no desenvolvimento da nossa sociedade.

Senhor presidente da Assembleia,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Aos filhos de abril foi deixado um legado democrático, de desenvolvimento económico e social, que importa manter e preservar!

Nós Mulheres e Homens filhos de Abril, que não sabemos o que é viver escondido e amordaçado, temos a obrigação da passagem do testemunho para os que nos irão suceder!

O testemunho de que a liberdade é uma conquista que tem que ser preservada e defendida vivida responsabilmente, de braço dado com a paz e o desenvolvimento!

A responsabilidade de dizer não!

Dizer não ao lápis azul ainda existe, disfarçado na modernidade dos tempos, entre as dificuldades do dia a dia.

Dizer não à ditadura e à censura, muitas vezes escondidas atrás de um ecrã, roubando as vestes à liberdade!

Abril cumpre-se todos os dias, nas grandes e nas pequenas coisas!

Nesta nova madrugada que agora começa, lembremo-nos que Abril não é uma garantia!

Abril é uma conquista diária, individual, mas também de todos nós!

Que a liberdade não é só nossa, mas de todos!

Viva o 25 de Abril!

Viva a liberdade, Viva Tondela, Viva Portugal!”

As cerimónias terminaram com um momento musical, do Coro Polifónico da Casa do Povo de Tondela, que entre outros temas, interpretaram “Grândola Vila Morena” o encerram com o “Hino Nacional”.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente: Felipeberto Romão Gomes de Siqueira Mangueira

O 1º Secretário: Helena Dias

O 2º Secretário: Ana Filipa Leão